1. INTRODUÇÃO

A **WLM Indústria e Comércio S.A.**, está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social "**WLM**" ou por "**Companhia**" e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

Controladas e coligadas	Nome fantasia	Região de atuação / Estado
Controladas operacionais		
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Equipo	Rio de Janeiro
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Quinta Roda	São Paulo e Minas Gerais
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu	Minas Gerais
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu Norte	Pará e Amapá
Fartura Agropecuária S.A.	Fartura	Sul do Pará e Norte do Mato Grosso
Itapura Agropecuária Ltda.	Itapura	Sul de Minas Gerais e São Paulo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Sebastião	Norte do Mato Grosso e Sul do Pará
Controladas descontinuadas		
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Superágua	Minas Gerais
Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	Sumasa	Pará
Coligadas descontinuadas		
Metalúrgica Plus S.A.	Metalplus	Paraná
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Plenogás	Paraná

2. INFORMAÇÕES GERAIS

A **WLM Indústria e Comércio S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200 – 19º andar - Flamengo, registrada na *BM&F Bovespa* desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

SEGMENTO AUTOMOTIVO – através de uma rede de quatro concessionárias com dezenove estabelecimentos localizados em diversos estados do Brasil, por meio de suas controladas: Equipo (Rio de Janeiro), Quinta Roda (São Paulo e Minas Gerais), Itaipu (Minas Gerais), e Itaipu Norte (Pará e Amapá), todas com a certificação mundial D.O.S. (Dealer Operating Standard), a WLM comercializa produtos e serviços da marca Scania, como caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e prestação de serviços de manutenção.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO – através das controladas: **Fartura** (*Sul do Pará*) e **São Sebastião** (*Norte do Mato Grosso*), **Itapura** (*região de Campinas/SP*) e **Itapura** (*Sul de Minas Gerais*), a *WLM atua* na produção, criação e comercialização de bovinos de corte, cultivo e comercialização de grãos.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Com a revisão do IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em Controladas, coligadas e Controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18 (R2), CPC 35 (R2) e CPC 37 (R1) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas *IFRS* não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas *IFRS*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidado foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2016.

3.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

b) Ativos financeiros

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Contábeis, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado.

O valor de mercado reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidadas.

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 33.

Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização.

Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

c) Quotas de consórcio

As quotas adquiridas referem-se a consórcio de caminhões e estão mensuradas pelo valor de aquisição que se aproxima do valor justo.

d) Impostos a recuperar e créditos tributários

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável liquido, quando inferior ao custo médio.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente.

Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada "ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado.

A contrapartida da adoção inicial do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida na conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

g) Operações com partes relacionadas (ativo não circulante e passivo circulante)

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos e arrendamentos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados pela variação da taxa SELIC, em sua maior parte.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

i) Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna o seu custo para a contabilização subsequente.

j) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (impairment).

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A

avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota 18.

k) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil.

Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

m) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações contábeis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

n) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

o) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido, notas explicativas nº 21 e 25.

p) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado

para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 23.

q) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

r) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido.

Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o período.

s) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1° de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29/ IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018. A Companhia não possui nenhuma planta produtiva.

IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil)

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 – Income taxes – (alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro)

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 – Income taxes (CPC 32 – Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo". As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1° de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- · IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- · Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- · Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 várias normas
- · Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- · Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações contábeis requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; realização dos créditos tributários diferidos; provisões para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; avaliação do valor justo dos ativos biológicos; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 (R3) e IAS 34, abrangendo as informações anuais das investidas, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora.

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- a) das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

6. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31, a Companhia está apresentando em linha separada na demonstração do resultado do exercício, o resultado das operações descontinuadas.

A WLM possui duas empresas controladas com operações descontinuadas:

· Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.

Constituída originalmente para a execução de um projeto de manejo sustentável para exploração do comércio e indústria de madeiras devidamente aprovado pelo IBAMA, por opção da Companhia, teve as suas atividades adiadas devido a questões de mercado e ambientais; e

· Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.

Explorava as atividades de envase e comercialização de águas minerais das marcas *CAXAMBU*, *LAMBARI*, *ARAXÁ* e *CAMBUQUIRA*, e encerrou suas atividades em junho de 2005, estando a sua extinção sujeita ao encerramento de todas as demandas e questões de natureza fiscal e judicial.

O resultado positivo das operações descontinuadas em 2015 foi de R\$ 137 e em 2014, negativo no montante de R\$ 193, atribuído totalmente à controladora.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e fundos de investimentos.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO
Descrição	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	55	78	186	6.069
	55	78	186	6.069
MOEDA NACIONAL				
CDB Bradesco (CDI 99% a 102,0%)			678	1.326
Fundo BMB (CDI 100%)			169	154
Fundo - Bradesco (CDI 100%)	. <u></u>		11.775	11.063
			12.622	12.543
Fundos de Investimentos				
Real Santander (CDI 105%)	477		477	
Itaú-Unibanco (CDI 105%)	4.943	9.961	7.438	66.985
	5.420	9.961	7.915	66.985
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.475	10.039	20.723	85.597

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata, sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 33.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

	CON	ITROLADORA	CONSOLIDADO	
Descrição	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
MOEDA NACIONAL				
CDB				
BMB (CDI 102%)	3.376	9.307	3.376	9.307
Debênture Bradesco (CDI 100%)		4.236		4.236
Caixa Econômica Federal (CDI 100%)		9.534		9.534
	3.376	23.077	3.376	23.077
Fundos de Investimentos				
Real Santander (CDI 105%)		12.131		12.131
Itaú-Unibanco (CDI 105%)		5.728	47.405	5.728
Brasil (CDI 100%)		12.344		12.344
		30.203	47.405	30.203
Total de aplicações financeiras	3.376	53.280	50.781	53.280

Os CDBs, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo considerados como equivalentes de caixa, tendo em vista que a Administração não pretende exercer a opção

de resgate antes do vencimento contratado. No entanto, diante de melhores alternativas, esta opção poderá ser exercida.

As aplicações financeiras, em sua totalidade, estão avaliadas a valor justo e classificadas como disponíveis para venda.

A Companhia não possui interesse em negociar os fundos de investimento.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 33.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

O quadro abaixo demonstra os valores que as empresas controladas têm a receber de seus clientes:

	C	ONSOLIDADO
Controladas	31/12/2015	31/12/2014
Equipo	5.671	5.662
Quinta Roda	10.465	7.173
Itaipu	14.300	21.197
Itaipu Norte	6.870	12.489
Fartura	7	
ltapura	208	101
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa		(77)
Total	37.521	46.545

	С	ONSOLIDADO
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Avencer	33.034	41.051
Vencidos:		
Até 30 dias	2.119	3.531
De 31 a 60 dias	437	888
De 61 a 90 dias	204	303
De 91 a 180 dias	1.727	849
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(77)
	37.521	46.545

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar se há necessidade de provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de Clientes.

10. QUOTAS DE CONSÓRCIO - CONSOLIDADO

		CONSOLIDADO
Controladas	31/12/2015	31/12/2014
Equipo	1.327	167
Quinta Roda	17.580	11.727
Itaipu	2.623	1.538
Itaipu Norte	745	399
Total	22.275	13.831
Circulante	8.253	6.642
Não circulante	14.022	7.189

O saldo apresentado refere-se a quotas de consórcio adquiridas, substancialmente, de seus clientes que não conseguem dar continuidade ou não têm mais interesse em adquirir os veículos objeto do consórcio.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO
Descrição	31/12/20145	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRRF sobre aplicações financeiras	1.331	946	1.355	954
IRRF sobre mútuo	30	46	30	46
IRRF sobre juros de capital	1.320	1.247	1.320	1.247
Imposto de renda			1.709	388
Contribuição social			513	132
ICMS a recuperar			6.712	5.403
Outros	598	728	814	1.173
Total	3.279	2.967	12.453	9.343
Circulante	3.279	2.967	8.665	5.502
Não circulante			3.788	3.841

12. ESTOQUES - CONSOLIDADO

		CONSOLIDADO
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Carrick Fac a record	22.005	22.040
Caminhões e peças	23.665	23.619
Material de consumo	526	517
Estoque em formação (café, soja, milho, milheto e arroz)	1.649	1.285
Total	25.840	25.421

O estoque de café refere-se a produtos agrícolas mensurados ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 16 (R1) – Estoques.

Com relação ao estoque em formação - café, soja, milho, milheto e arroz - a Companhia entende que está substancialmente próximo ao valor justo.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS - CONSOLIDADO

Total dos ativos biológicos

			CONSOLIDADO
CIRCULANTE		31/12/2015	31/12/2014
Demonstrados nale valer iveter			
Demonstrados pelo valor justo: Bezerras e bezerros (8 a 12 meses)		3.027	2.895
Novilhas e novilhos		143	2.695
Vacas		3.894	2.028
Bois		1.260	1.308
Touros		239	93
Subtotal	_	8.563	6.501
Demonstrados pelo custo de produção:		0.303	0.301
Rebanho em formação			
Bezerras e bezerros (0 a 7 meses)			11
Subtotal	_		11
Rebanho bovino		8.563	6.512
	_	 -	
Total do circulante	_	8.563	6.512
			CONSOLIDADO
NÃO CIRCULANTE	_	31/12/2015	31/12/2014
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO Demonstrados pelo valor justo:			
Bezerras e bezerros (8 a 12 meses)		20	23
Novilhas e novilhos		2.651	3.309
Bois		4	541
Subtotal	_	2.675	3.873
Demonstrados pelo custo de produção:			
Rebanho em formação		2.268	1.748
Bezerras e bezerros (0 a 7 meses)		1.357	1.203
Subtotal	-	3.625	2.951
Rebanho bovino		3.625	2.951
Total do realizável a longo prazo		6.300	6.824
IMOBILIZADO	TOTAL ANUAL <u>DE DEPRECIAÇÃO</u>		
Touros e tourinhos	Até 10%	2.378	2.596
Vacas	Até 10%	15.421	18.117
Rebanho bovino	Até 10%	17.799	20.713
Rebanho equino	Até 10%	20	26
Cultura permanente - café	Até 4%	391	472
Total do não circulante		18.210	21.211

O saldo dos ativos biológicos da Companhia, demonstrado pelo valor justo, considera o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda.

33.073

Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerros e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação.

Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

		CONSOLIDADO
CIRCULANTE		31/12/2015
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2014		11.548
Transferência para o Realizável a Longo Prazo		(6.824)
Transferência para o Imobilizado		1.788
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2014		6.512
Aumento líquido (redução) por mudança de categoria		756
Apropriação de custos		5.271
Diminuição devido a vendas		(6.611)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)		(388)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda		601
Transferência do Realizável a Longo Prazo		524
Transferência do Imobilizado		1.898
Saldo em 31 de dezembro de 2015		8.563
		CONSOLIDADO
NÃO CIRCULANTE		31/12/2015
NAO CINCOLANTE		
LONGO PRAZO		
Saldo apresentado em em 31 de dezembro de 2014		
Transferência do Circulante		6.824
Saldo reapresentado em em 31 de dezembro de 2014		6.824
Transferência para o Circulante		(524)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		6.300
0		
<u>IMOBILIZADO</u>	<u>DEPRECIAÇÃO</u>	
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2014		22.999
Transferência para o Circulante		(1.788)
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2014		21.211
Aumento líquido (redução) por mudança de categoria		(756)
(-) Baixa por sucateamento		(17)
Diminuição devido a vendas		(909)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)		(428)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda		1.138
Depreciação	até 10%	(131)
Transferência para o Circulante		(1.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		18.210

Em 31 de dezembro de 2015, os animais mantidos para venda eram compostos de 8.288 cabeças de gado (em 31 de dezembro de 2014-7.526).

Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda, seguindo as premissas em sua apuração:

- (i) Os preços do rebanho bovino, rebanho equino e cultura permanente são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área. No caso do rebanho bovino, são considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- (ii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta "Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos".
- (iii) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

LUCROS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - CONTROLADORA

O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de lucros e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

		CONTROLADORA
Controladas	31/12/2015	31/12/2014
Lucros		
Equipo	893	3.000
Quinta Roda	2.652	3.000
Itaipu	1.318	5.000
Itaipu Norte	2.618	
Total	7.481	11.000
Juros sobre o capital próprio		
Equipo		812
Quinta Roda		1.879
Itaipu		2.882
Itaipu Norte		1.615
Total		7.188
Total proposto	7.481	18.188
Total recebido desde a proposição	(5.568)	(17.521)
Total a receber	1.913	667

15. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas em 31 de dezembro estão sumariados a seguir:

			СО	NTROLADORA
	Ativo	Não Circulante	Pass	sivo Circulante
Empresas	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Controladora				
Sajuthá			133	126
Controladas				
Fartura	1.447	54		2
Itapura	3	435		
Superágua		11		
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	500	500
Plenogás (*)			1.128	1.128
Total	1.752	802	1.761	1.756

^(*) Coligadas não consolidadas.

				CONSOLIDADO
	Ativo	Não Circulante	Pa	ssivo Circulante
Empresas	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Controladora				
Sajuthá			133	126
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	500	500
Plenogás (*)			1.128	1.128
Total	302	302	1.761	1.754

^(*) Coligadas não consolidadas.

Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 133, totalizando no exercício R\$ 1.552 (2014 - R\$ 1.466).

As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC.

Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fartura e Itapura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 17.

A WLM registrou transações com partes relacionadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

REMUNERAÇÃO DA ADMINIST										
				31/12/2015					31/12/2014	
	<u>.</u>	Fixa	Variável			Fixa		Variável		
								Verbas		
	Nº de				Nº de			rescisórias e		
Órgão	membros	Salário	Bônus (*)	Total	membros	Salário	Bônus (*)	Gratificação	Total	
Diretoria Executiva	2	3.348	1.090	4.438	2	3.351	1.748	3.492	8.591	
Conselho de Administração	6	360		360	6	360			360	
Conselho Fiscal	3	380		380	3	401			401	
Total da remuneração	=	4.088	1.090	5.178		4.112	1.748	3.492	9.352	

^(*) Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

Em abril de 2014, a Companhia celebrou contrato de Prestação de Serviços com partes relacionadas no valor de R\$ 37, totalizando no período o montante de R\$ 432.

Neste exercício a Companhia efetuou rateio da infraestrutura utilizada por sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., no montante de R\$ 448, considerando reembolsos de pessoal, aluguel, condomínio e impostos e taxas.

16. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

				SEGMENTO AUTOMOTIVO				
Descrição	EQUIPO	QUINTA RODA	ITAIPU	ITAIPU NORTE	TOTAL			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	36.725	59.402	84.822	50.310	231.259			
Perda de participação reflexa	(47)	(93)	(86)		(226)			
Juros sobre capital	(1.050)	(3.120)	(1.550)	(3.080)	(8.800)			
Equivalência patrimonial	959	4.474	7.849	5.537	18.819			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	36.587	60.663	91.035	52.767	241.052			

			SEGMENTO AG	ROPECUÁRIO
Descrição	FARTURA	S. SEBASTIÃO	ITAPURA	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	68.978	41.500	27.367	137.845
Aumento de capital			2.500	2.500
Perda de participação			(212)	(212)
Ganho de participação reflexo			226	226
Equivalência patrimonial	(2.674)	(208)	(1.189)	(4.071)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	66.304	41.292	28.692	136.288

	DES	CONTINUADAS		
Descrição	SUPERÁGUA	SUMASA	OUTROS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	437	60	287	784
Equivalência patrimonial	(89)	226	561	698
Reversão de provisão para perdas			(37)	(37)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	348	286	811	1.445
SALDO DOS INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014				369.888
SALDO DOS INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015				378.785

. Investimentos em Controladas e Coligadas

			C	ONTROLADORA	
		31/12/2015		31/12/2014	
	Patrimônio	Resultado	Patrimônio	Resultado	
Patrimônio Líquido e Resultado	líquido	do exercício	líquido	do exercício	
Controladas operacionais					
Equipo	36.587	915	36.725	3.162	
Quinta Roda	60.663	4.447	59.402	8.448	
Itaipu	91.035	7.844	84.822	10.198	
Itaipu Norte	52.767	5.537	50.310	7.908	
Fartura	70.045	(3.182)	72.869	305	
Itapura	32.344	(1.386)	31.185	(2.209)	
São Sebastião	60.893	(459)	61.202	5.834	
Controladas descontinuadas					
Superágua	348	(89)	437	(188)	
Sumasa	286	226	60	(5)	
Coligadas descontinuadas					
Metalplus	421	(72)	494	1.334	
Plenogás	1.636	1.799	(163)	(1.183)	

					CON	ITROLADORA
	<u></u>		31/12/2015			31/12/2014
		Participação	Participação		Participação	Participação
	Ações ou	direta	indireta	Ações ou	direta	indireta
Participação em controladas	quotas	(%)	(%)	quotas	(%)	(%)
Controladas operacionais						
Equipo .	12.290.290	100,00		12.290.290	100,00	
Quinta Roda	25.901.512	100,00		22.901.512	100,00	
Itaipu	38.486.623	100,00		34.486.623	100,00	
Itaipu Norte	29.500.000	100,00		17.999.999	100,00	
Fartura	1.793.322	94,66	4,60	1.793.322	94,66	4,60
Itapura	32.254.557	88,71	11,29	27.554.557	86,78	13,22
São Sebastião	11.166.742	67,81	32,19	11.166.742	67,81	32,19
Controladas descontinuadas						
Superágua	2.031.220.840	100,00		1.929.801.622	100,00	
Sumasa	1.890.160	100,00		1.890.160	100,00	
Coligadas descontinuadas						
Metalplus	3.000	33,33		3.000	33,33	
Plenogás	3.000	33,33		3.000	33,33	

17. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO - CONTROLADORA

O saldo no valor de R\$ 65.288 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 65.365), corresponde a propriedades para investimento que estão arrendadas a partes relacionadas, para exploração de agropecuária. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 05 (cinco) anos e as renovações poderão ser negociadas futuramente com as arrendatárias. O detalhamento das propriedades para investimentos pode ser descrito a seguir:

Descrição das propriedades para investimento	Arrendatária	Arrendante	Parte relacionada	Prazo do contrato	Valor do aluguel
Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.366.813,000m²(136,68ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.	Itapura Agropecuária Ltda. CNPJ nº 44.624.179/0001-23 Praia do Flamengo, 200 / 19º Parte - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 31 de março de 2017	R\$ 20,00 mensais por hectare
Imóvel rural com área total de 7.471,5400 ha, conforme abaixo: Área de 4.413.3676 ha, designada como Lote 41, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 904, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis de Santana do Araguaia (PA).	Fartura Agropecuária S.A. CNPJ nº 05.427.471/0001-02 Praia do Flamengo, 200 / 19º Parte - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 05 de maio de 2019	R\$ 54.000,00 mensais
Área de 1.440,1180 ha, constituída de parte desmembrada do Lote 42, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4336, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).					
Área de 1.618,0544 ha, constituída de parte desmembrada do lote 43, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4337, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).					

No exercício de 2014, conforme estabelece o CPC 28, a Companhia voltou a avaliar o imóvel localizado na Estrada Municipal JGR 365, Jaguariúna, comarca de Pedreira/SP.

A avaliação foi efetuada pela empresa APSIS Consultoria Empresarial LTDA. e, com base no laudo de avaliação, a Companhia registrou em seu resultado, na linha de "Ajuste a valor justo das propriedades para investimentos", um decréscimo no valor de R\$ 12.272. Ainda na demonstração de resultado do exercício, na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferido", foi contabilizada a reversão dos tributos diferidos no montante de R\$ 4.172, resultando um efeito líquido no resultado de R\$ 8.100.

No Patrimônio Líquido foram revertidos os montantes de R\$ 405 e R\$ 7.695 do saldo das reservas Legal e de Lucros a realizar, respectivamente.

No consolidado os valores referentes à propriedade para investimento da controladora estão apresentados no grupo de imobilizado, pois de acordo com o item 15 do CPC 28 (Propriedade para Investimento), a propriedade que está arrendada e ocupada por uma controlada não se qualifica como propriedade para investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário sob a perspectiva do grupo.

18. IMOBILIZADO

								CC	CONTROLADORA		
								31/12/2015	31/12/2014		
	Taxa anual de	Custo				Custo	Depreciação	Valor	Valor		
Descrição	depreciação	inicial	Adições	Baixa	Transferência	atual	acumulada	líquido	líquido		
Terrenos		2.976	10			2.986		2.986	2.976		
Veículos	10% a 20%	349				349	(171)	178	184		
Móveis e utensílios	10%	1.077	62	(8)		1.131	(588)	543	636		
Bens e benfeitorias em											
propriedade de terceiros	10%	1.649	47			1.696	(585)	1.111	1.212		
Outros	4% a 10%	466				466	(155)	311	347		
Total		6.517	119	(8)		6.628	(1.499)	5.129	5.355		

								CO	NTROLADORA
								31/12/2014	31/12/2013
	Taxa anual de	Custo				Custo	Depreciação	Valor	Valor
Descrição	depreciação	inicial	Adições	Baixa	Transferência	atual	acumulada	líquido	líquido
Terrenos		2.950	26			2.976		2.976	2.950
Edifícios e instalações	2% a 4%	590			(590)				411
Veículos	10% a 20%	1.136		(787)		349	(165)	184	627
Móveis e utensílios	10%	1.045	32			1.077	(441)	636	754
Bens e benfeitorias em									
propriedade de terceiros	10%	1.633	16			1.649	(437)	1.212	1.342
Outros	4% a 10%	466				466	(119)	347	383
Total	_	7.820	74	(787)	(590)	6.517	(1.162)	5.355	6.467

							-		CONSOLIDADO
							-	31/12/2015	31/12/2014
	Taxa anual de	Custo				Custo	Depreciação	Valor	Valor
Descrição	depreciação	inicial	Adições	Baixa	Transferência	atual	acumulada	líquido	líquido
Terrenos		234.621	5.592	(905)	(1.164)	238.144		238.144	234.621
Edificios e instalações	2% a 4%	49.698	2.508	(172)	1.301	53.335	(12.699)	40.636	38.171
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	9.589	1.067	(297)	(89)	10.270	(5.017)	5.253	5.146
Veículos	10% a 20%	5.027	695	(1.853)	89	3.958	(1.601)	2.357	3.214
Móveis e utensílios	10%	7.357	502	(116)	5	7.748	(5.340)	2.408	2.659
Pastagens	5%	19.709				19.709	(7.944)	11.765	12.774
Bens e benfeitorias em						-			
propriedade de terceiros	10%	1.650	10		37	1.697	(587)	1.110	1.213
Obras em andamento		1.434	863	(126)	(234)	1.937		1.937	1.434
Outros	4% a 10%	1.671	322		55	2.048	(1.005)	1.043	813
Total		330.756	11.559	(3.469)	-	338.846	(34.193)	304.653	300.045

									CONSOLIDADO
								31/12/2014	31/12/2013
	Taxa anual de	Custo				Custo	Depreciação	Valor	Valor
Descrição	depreciação	inicial	Adições	Baixa	Transferência	atual	acumulada	líquido	líquido
Terrenos		246.810	325	(12.514)		234.621		234.621	246.810
Edificios e instalações	2% a 4%	39.435	774		9.489	49.698	(11.527)	38.171	28.903
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	8.143	1.553	(198)	91	9.589	(4.443)	5.146	4.267
Veículos	10% a 20%	5.161	1.162	(1.296)		5.027	(1.813)	3.214	3.244
Móveis e utensílios	10%	6.633	792	(80)	12	7.357	(4.698)	2.659	2.585
Pastagens	5%	19.709				19.709	(6.935)	12.774	13.782
Bens e benfeitorias em									
propriedade de terceiros	10%	1.634			16	1.650	(437)	1.213	1.343
Obras em andamento		5.614	5.431	(3)	(9.608)	1.434		1.434	5.614
Outros	4% a 10%	1.652	19			1.671	(858)	813	940
Total		334.791	10.056	(14.091)		330.756	(30.711)	300.045	307.488

Neste exercício a controlada Itaipu Norte adquiriu um terreno pelo montante de R\$ 1.734, situado na Avenida Dr. Isaias Pinheiro, bairro Bela Vista, na cidade e comarca de Novo Progresso - PA, cujas áreas somadas totalizam 10.842, 209 m2.

A controlada Itaipu também adquiriu uma área comercial, composta por 2 (dois) galpões e um terreno de 10.500 m2, localizada na BR-040, na altura do Km 776, Distrito Industrial, Juiz de Fora - MG, pelo valor total de R\$ 6.300.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

19. INTANGÍVEL - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

									CONTROLADORA
								31/12/2015	31/12/2014
	Taxa anual de	Custo				Custo	Amort.	Valor	Valor
Descrição	depreciação	inicial	Adições	Baixa	Transf.	atual	acumulada	líquido	líquido
Marcas e patentes		2				2		2	2
Direito ao uso de Software	10%	139	44			183	(109)	74	48
Total		141	44			185	(109)	76	50

									CONTROLADORA
								31/12/2014	31/12/2013
	Taxa anual de	Custo				Custo	Amort.	Valor	Valor
Descrição	depreciação	inicial	Adições	Baixa	Transf.	atual	acumulada	líquido	líquido
Marcas e patentes		2				2		2	2
Direito ao uso de Software	10%	129	10			139	(91)	48	57
Total	_	131	10			141	(91)	50	59
	-								

									CONSOLIDADO
								31/12/2015	31/12/2014
	Taxa anual de	Custo				Custo	Amort.	Valor	Valor
Descrição	depreciação	inicial	Adições	Baixa	Transf.	atual	acumulada	líquido	líquido
Marcas e patentes		7				7		7	7
Direito ao uso de Software	10%	139	44			183	(109)	74	48
Fundo de comércio		8.920				8.920		8.920	8.920
Total	_	9.066	44			9.110	(109)	9.001	8.975

								CONSOLIDADO
							31/12/2014	31/12/2013
Taxa anual de	Custo				Custo	Amort.	Valor	Valor
depreciação	inicial	Adições	Baixa	Transf.	atual	acumulada	líquido	líquido
	7				7		7	7
10%	129	10			139	(91)	48	57
	8.920				8.920		8.920	8.920
	9.056	10			9.066	(91)	8.975	8.984
	depreciação	depreciação inicial 7 10% 129 8.920 120 120	depreciação inicial Adições 7 10% 129 10 8.920	depreciação inicial Adições Baixa 7 10% 129 10 8.920 10 10	depreciação inicial Adições Baixa Transf. 7 10% 129 10 8.920 10 10	depreciação inicial Adições Baixa Transf. atual 7 7 7 7 139 139 139 8.920	depreciação inicial Adições Baixa Transf. atual acumulada 7 7 7 7 139 (91) 10% 129 10 8.920 8.920	Taxa anual de depreciação Custo inicial Adições Baixa Transf. Custo atual acumulada Amort. acumulada Valor líquido 7 7 7 7 7 7 48 8.920 691) 48 8.920

Desde 2006, através da controlada Itaipu Norte, a WLM vem explorando a concessão da marca Scania, nos Estados do Pará e Amapá. O fundo de comércio no valor de R\$ 8.920 mil refere-se ao valor da "bandeira" adquirida pela WLM quando da aquisição dessa concessão, mas que não é amortizado em virtude de não possuir vida útil definida, de acordo com o CPC 04 (R1).

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis de seu ativo, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede ao valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

20. CONTAS A PAGAR

	CC	CONTROLADORA				
Descrição	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		
Fornecedores	172	147	11.020	20.460		
Crédito de clientes			6.555	5.764		
Total	172	147	17.575	26.224		

Os valores de fornecedores estão representados, basicamente, por valores a pagar a Scania Latin-America. Enquanto que os saldos de crédito de clientes referem-se a adiantamentos realizados para aquisição de caminhões.

21. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, neste exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 1.376 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 5.115), conforme detalhado na nota 25.

	CONTROLADORA E			
Descrição	31/12/2015	31/12/2014		
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício de 2014		5.115		
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício de 2015	1.382			
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	1.943	1.184		
Total	3.325	6.299		

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES CIRCULANTES

	CON	TROLADORA	CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		
SHV Gás Brasil Participações Ltda.	712	712	712	712		
Outros	52	46	140	530		
TOTAL	764	758	852	1.242		

SHV

O valor corresponde a ações em que a Companhia responde solidariamente, perante SHV Gás Brasil Participações Ltda., conforme processos documentados no anexo 9 – do contrato de venda de ações da Supergasbras Distribuidora de Gás S.A., datado de 07 de julho de 2004.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim representadas:

		CONSOLIDADO
	31/12/2015	31/12/2014
Tributários		5.743
Trabalhistas	150	242
Cíveis	1.631	1.631
Total	1.781	7.616

A movimentação da provisão no exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

						CONSOLIDADO
	2014	Adições	Atualização	Pagamentos	Reversões	31/12/2015
Tributários	5.743		290		(6.033)	-
Trabalhistas	242	24		(96)	(20)	150
Cíveis	1.631					1.631
Total	7.616	24	290	(96)	(6.053)	1.781

a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Os valores decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, no montante de R\$ 16.191 (2014 - R\$ 22.822), cuja avaliação dos assessores jurídicos aponta para uma probabilidade de perda possível, não foram registradas nestas demonstrações contábeis.

24. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDOS

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos pronunciamentos contábeis. Os valores apresentados são revisados anualmente.

	C	ONTROLADORA		CONSOLIDADO
Descrição	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda	9.784	9.784	26.844	27.308
Contribuição social	3.522	3.522	9.664	9.830
Total	13.306	13.306	36.508	37.138

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A movimentação das contas nos exercícios de 2015 e 2014 estão inseridas em quadro próprio denominado mutação do patrimônio líquido.

Capital social autorizado

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de junho de 2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que estabelecerá sobre as condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais), através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal.

Reservas

Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido:

. Reserva de reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM nº 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07, em bens próprios de suas controladas.

A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados

. Ajuste de avaliação patrimonial

Representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante).

. Reserva de lucros

.. Reserva legal

Representa os valores registrados, conforme definido no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no estatuto social.

... Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos

Conforme determina o estatuto social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do capital social

. Base de cálculo do dividendo obrigatório e adicional proposto

.. Dividendo obrigatório

	CONTROLADORA			
Base de cálculo do dividendo obrigatório	31/12/2015	31/12/2014		
Lucro líquido do exercício	3.964	12.202		
Realização da reserva de reavaliação e de ajuste de avaliação patrimonial	1.855	1.236		
Reversão de reservas constituídas		8.100		
Lucro líquido do exercício ajustado	5.819	21.538		
Constituição da reserva legal (5%)	(291)	(1.077)		
Constituição da reserva de lucros a realizar				
Base de cálculo do dividendo obrigatório	5.528	20.461		
Dividendos obrigatórios (25%)	1.382	5.115		
Total de dividendos propostos	1.382	5.115		

.. Dividendo adicional proposto

Neste exercício está sendo proposto, a título de dividendo adicional complementar, o montante de R\$ 1.620 (R\$ 7.385 em 2014), mediante a utilização da reserva de garantia para pagamento de dividendos, sujeito a aprovação da assembleia geral ordinária.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada no dia 17 de Setembro de 2015, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 36.265.

26. RESULTADO POR SEGMENTO DE ATIVIDADE

A WLM possui 02 segmentos operacionais, que atuam na comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*, nota 1.

Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das diretorias executivas.

Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes nos exercícios de 2015 e 2014.

Demonstrativo e conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos reportáveis:

			E	EXERCÍCIO DE 2015	D15 EXERCÍCIO DE 2014				
Descrição	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL	
Operações continuadas									
Receita operacional bruta Receita de bens		485.503	13.670	499.173		896.629	11.053	907.682	
Receita de serviços		46.720		46.720		51.357		51.357	
Total da receita operacional bruta		532.223	13.670	545.893		947.986	11.053	959.039	
Deduções de receita bruta Receita líquida de vendas e serviços		(47.769) 484.454	(1.280) 12.390	(49.049) 496.844		(93.377) 854.609	(786) 10.267	(94.163) 864.876	
Receita liquida de veridas e serviços		404.404	12.390	490.044		004.009	10.207	004.070	
Custo dos produtos vendidos e dos		(383.501)	(10.608)	(394.109)		(715.961)	(10.873)	(726.834)	
Lucro bruto		100.953	1.782	102.735		138.648	(606)	138.042	
Despesas operacionais, líquidas de	(10.377)	(88.694)	(8.402)	(107.473)	(27.136)	(99.837)	(6.093)	(133.066)	
Outras receitas	488	8.998	1.593	11.079	1.713	1.671	10.630	14.014	
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(9.889)	21.257	(5.027)	6.341	(25.423)	40.482	3.931	18.990	
Imposto de renda e contribuição social		(2.514)		(2.514)	4.172	(10.766)	(1)	(6.595)	
Lucro (prejuízo) líquido do período	(9.889)	18.743	(5.027)	3.827	(21.251)	29.716	3.930	12.395	
Operações descontinuadas				137				(193)	
Total	(9.889)	18.743	(5.027)	3.964	(21.251)	29.716	3.930	12.202	

	EXERCÍCIO DE 2015						EXERC	CÍCIO DE 2014
Descrição	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL
Ativo total de segmentos reportáveis Outros ativos Ativos descontinuados	4.234	273.744	186.868	460.612 4.234 638	111.199	279.440	188.156	467.596 111.199 785
Total do Ativo Consolidado	4.234	273.744	186.868	465.484	111.199	279.440	188.156	579.580
Passivo total de segmentos reportáveis Outros ativos Passivos descontinuados	4.234	273.744	186.868	460.612 4.234 638	111.199	279.440	188.156	467.596 111.199 785
Total do Passivo Consolidado	4.234	273.744	186.868	465.484	111.199	279.440	188.156	579.580

A avaliação do desempenho da Companhia é medida pelo resultado do segmento automotivo, seu principal negócio.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e da contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração.

27. RECEITA DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

	CONSOLIDA			
Descrição	31/12/2015	31/12/2014		
Receita de bens	499.173	907.683		
Receita de serviços	46.720	51.356		
Total da receita operacional bruta	545.893	959.039		
Deduções de receita bruta	(49.049)	(94.163)		
Total	496.844	864.876		

28. CUSTO DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

	CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2015 31/12/20			
Custo de bens	383.722	715.122		
Custo dos serviços	10.387	11.712		
Total	394.109	726.834		

29. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	CO	NTROLADORA	CONSOLIDADO		
Despesas	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
				_	
Honorários da administração	360	360	360	360	
Honorários do conselho fiscal	380	402	380	402	
Salários e encargos (*)	10.262	13.845	71.906	81.820	
Serviços de terceiros	1.633	1.148	5.929	5.093	
Manutenção predial e outros	88	62	4.381	2.940	
Benefícios a empregados (**)	1.124	1.092	10.038	9.811	
Aluguéis e arrendamentos	1.333	1.375	2.349	2.258	
Condução, viagens e estadas	84	102	4.079	4.143	
Impostos, taxas e contribuições	1.161	985	2.730	2.099	
Condomínio	342	350	342	350	
Comunicações	116	165	1.552	1.738	
Frota própria	35	41	638	812	
Frete de terceiros			2.073	2.341	
Manutenção de máquinas e equipamentos	45	40	1.365	1.564	
Despesas com seguros	20	25	545	503	
Anúncios e publicações	415	427	502	568	
Propaganda, promoção e representação			541	890	
Multas	3	6	63	7	
Manutenção de obras de infraestrutura	4	7	159	97	
Manutenção de softwares	80	95	2.102	1.910	
Mortes e perdas			881	849	
Outros	283	378	3.241	2.958	
Total	17.768	20.905	116.156	123.513	

^(*) Em 2014 Inclui R\$ 1.392 de verbas rescisórias

^(**) Refere-se a Plano de Saúde, Vale Refeição, Vale Alimentação e Vale Transporte.

A Companhia adota como prática o pagamento de adicional por tempo de serviço para seus funcionários, tendo como base o período proporcional à data de admissão. Esse pagamento ocorre quando do gozo de férias de cada funcionário, considerando o salário base do mesmo.

	Percentual sobre
Período	o salário base
3 anos	40%
4 anos	50%
5 a 9 anos	75%
10 a 15 anos	85%
Após 15 anos	105%

30. RESULTADO FINANCEIRO

	CONT	ROLADORA	CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Receitas Financeiras					
Aplicações financeiras	5.872	6.971	12.451	12.778	
Atualização monetária	351	403	946	446	
Juros recebidos			354	471	
Outras receitas financeiras	2		65	359	
Subtotal	6.225	7.374	13.816	14.054	
Despesas Financeiras					
Juros			(2.445)	(8.462)	
Atualização monetária		(34)	(134)	(97)	
Despesas bancárias	(3)	(5)	(16)	(18)	
Outras despesas financeiras			(6)		
Subtotal	(3)	(39)	(2.601)	(8.577)	
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	6.222	7.335	11.215	5.477	

31. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com as respectivas bases abaixo apresentadas:

	CON	TROLADORA	CO	NSOLIDADO
Descrição	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	3.964	8.029	20.470	52.442
Alíquota fiscal combinada da contribuição social e do Imposto de Renda	34%	34%	34%	34%
Encargos da Contribuição Social e do Imposto de Renda às alíquotas oficiais	(1.348)	(2.730)	(6.960)	(17.830)
ADIÇÕES				
Provisões Não Dedutíveis		141	315	295
Despesas Indedutíveis (i)	1.395	3.552	6.263	11.288
Avaliação a Valor Justo		12.658	6.538	19.529
Juros sobre Capital Próprio	8.800	8.315	8.800	8.315
EXCLUSÕES				
Reversão da Provisão	(17)	(548)	(113)	(848)
Receitas Não Tributáveis (ii)	(62)	(1.225)	(8.834)	(7.381)
Avaliação a Valor Justo - Reversão / Perda	,	(257)	(5.505)	(14.703)
Juros sobre Capital Próprio		` ,	(8.800)	(8.315)
Equivalência Patrimonial	(15.572)	(32.734)	(15.572)	(32.734)
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	·		(2.563)	(10.767)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos		4.172		4.172
Alíquota efetiva IRPJ e CSLL			12,53%	20,53%

(i) Despesas Indedutíveis

As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com gratificação, multas e perdas de capital por variação percentual em participações acionárias.

(ii) Receitas Não Tributáveis

As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como lucros e dividendos avaliados pelo custo de aquisição e outros ganhos de capital.

32. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício.

No caso da WLM, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois a Companhia não possui instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar em emissão de ações. O quadro abaixo, apresentado em R\$, demonstra o cálculo do lucro por ação com base no lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

					CONTROLADORA	E CONSOLIDADO
			31/12/2015			31/12/2014
	Ordinárias	Preferenciais		Ordinárias	Preferenciais	
Lucro básico por ação	Nominativas	Nominativas	Total	Nominativas	Nominativas	Total
Ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	3.314.244	3.968.690	7.282.934
Total de ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	3.314.244	3.968.690	7.282.934
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	1.804.117,01	2.160.366,32	3.964.483,33	5.552.542,77	6.648.973,63	12.201.516,40
Lucro líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$)	0,10	0,11		1,59	1,75	

33. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

Adicionalmente, a Administração procede a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

As descrições dos riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras conforme divulgado nas notas 7 e 8 as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" / "swap" contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

(ii) Valor justo versus valor contábil

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial está demonstrado com razoável aproximação do valor justo.

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota 9. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras conforme apresentado nas notas 7 e 8.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em:

Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários – CDBs e Fundos de Investimentos como ativos financeiros disponíveis para venda, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo. Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia (nota 8).

34. COBERTURA DE SEGUROS

A WLM e empresas controladas possuem seguros com coberturas básicas e adicionais para veículos, instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2015 totaliza, aproximadamente, R\$ 62.258 (R\$ 67.728 – 2014), montante considerado suficiente, pela administração da companhia e seus corretores de seguros, para a cobertura de seus bens patrimoniais e riscos operacionais.

		CON	ISOLIDADO
Ramo	Tipo de cobertura	Valo	or segurado
Compreensivo empresarial (Multirriscos)	Incêndio, queda de raio e explosão; danos elétricos - riscos comerciais; responsabilidade civil operações; responsabilidade civil empregador; roubo ou furto qualificado de bens; roubo ou furto de valores em trânsito; roubo ou furto de valores no interior do estabelecimento; vendaval até fumaça; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil empregador; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil operações.	R\$	24.140
Automóvel / RCF / APP	Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros.	R\$	38.118
		R\$	62.258

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. A DIRETORIA

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR Diretor Presidente RUBEM ROBERTO RIBEIRO Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

ÁLVARO VERAS DO CARMO Contador - CRC/RJ 43.910/O-6